



Meninas residentes em Portugal sujeitas à mutilação genital podem ultrapassar as mil

Crianças em risco

Maioria dos Estados ainda não tem medidas de protecção de menores especificamente relacionadas com a MGF

Mais de mil das quase seis mil meninas residentes em Portugal que integram comunidades que praticam a mutilação genital feminina (MGF) podem estar em risco de serem sujeitas à prática, conclui um estudo europeu. Juntamente com a Irlanda e a Suécia, Portugal é um dos países-piloto do estudo *Estimativa das meninas em risco de mutilação genital feminina na União Europeia*, realizado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) e que foi ontem apresentado em Lisboa.

Segundo a pesquisa, a taxa de risco das meninas até 18 anos residentes em Portugal (tendo ou não nascido no país) e pertencentes a comunidades que mantêm uma prática com efeitos físicos e psicológicos permanentes é de 5% a 23% – correspondentes a 292 e 1342 meninas.

As taxas de risco na Irlanda e na Suécia são menores do que a portuguesa, 1% a 11% e 3% a 19%, respectivamente, embora, no segundo país, o número de meninas potencialmente sujeitas seja bastante mais elevado. No estudo, o EIGE desenvolve uma metodologia que alia dados quantitativos e qualitativos.

“Estimar o número de meninas em risco de MGF pode ser muito útil para os decisores políticos, não só para planearem e adoptarem políticas de asilo e migrações, mas

também medidas e actividades de integração social”, assinala, em comunicado, Virginija Langbakk, directora daquela agência da Comissão Europeia.

No mesmo comunicado, a secretária de Estado para os Assuntos Parlamentares e a Igualdade, Teresa Morais, assinala “os esforços que Portugal tem feito para determinar o número de meninas em risco”.

A abordagem do estudo baseia-se num “trabalho mais aproximado com as comunidades envolvidas, em linha com os objectivos e os avanços que Portugal tem feito através do Plano de Acção”, destaca.

No estudo, o EIGE reconhece a “dificuldade em estimar o exacto número de meninas em risco de MGF” e, por isso, apela a que os resultados sejam “interpretados com muita cautela”, evitando “a estigmatização das comunidades imigrantes” e garantindo a inclusão das vítimas.

Por outro lado, o EIGE vinca que importa também que os Estados-membros tenham estimativas do número de meninas e mulheres já sujeitas à MGF que vivam nos seus territórios, de forma a “responder às suas necessidades” – por exemplo, “serviços especializados”. A “eficácia” das estratégias de prevenção e a cooperação entre os decisores políticos e as comunidades envolvidas são considerados factores determinantes para combater a prática.

Realizado entre Junho e Dezembro de 2014, o estudo indica que, até Julho de 2014, só cinco Estados-membros tinham estimativas de risco: Itália, Alemanha, Holanda, Reino Unido e Bélgica (apenas este tem repetido o estudo de prevalência ao longo do tempo).

O EIGE identifica legislações específicas sobre MGF em 13 Estados-membros e congratula-se que “um crescente número” de países esteja a “melhorar o enquadramento legal e político”, reconhecendo, porém, que ainda são poucos os que têm planos de acção sobre a prática (entre os quais Portugal). A maioria também ainda não tem medidas de protecção de menores especificamente relacionadas com a MGF, embora as gerais possam ser aplicadas a estes casos.

No que à notificação de casos diz respeito, apenas a Bélgica e a Suécia dispõem de provisões legais específicas para a prática ou a tentativa de MGF, mas as provisões gerais existentes na maioria dos países podem ser aplicadas, na base da protecção das vítimas.



Estimar o número de meninas em risco é útil para os decisores